

Imóveis históricos de Araçatuba/SP: inventário dos imóveis ociosos e levantamento do prédio da antiga cadeia

Historical buildings of Araçatuba / SP: inventory of the leased buildings and lifting of the building of the old jail

Inmuebles históricos de Araçatuba / SP: inventario de los inmuebles ociosos y levantamiento del premio de la antigua cadena

Carolina Reghim Silva

Estudante de Graduação, UNIP, Brasil
rs9carol@gmail.com

Manuella Boreggio Costa dos Santos

Professora Especialista, UNIP, Brasil.
manuboreggio@hotmail.com

Gislaine Bianchi

Professora Especialista, UNIP, Brasil.
gbianchi.arq@gmail.com

RESUMO

No Brasil, a política de preservação do patrimônio histórico não atende adequadamente às necessidades de preservação, manutenção e recuperação das construções históricas. A concepção de que tudo que é antigo é obsoleto, impacta negativamente na preservação do patrimônio histórico e cultural, na conservação de uma memória coletiva e nas marcas históricas de uma cidade, preocupando vários municípios brasileiros. A revitalização e requalificação de áreas ociosas são entendidas como recuperação e melhoria da qualidade de vida urbana, um tema abordado no Estatuto da Cidade, e mostra-se frequentemente nos debates de planejamento urbano.

É imprescindível reforçar o papel histórico e cultural das construções antigas, ricas em história, descortinar o papel histórico e cultural que exercem sobre as cidades, avivar sua importância, e desenvolver propostas para manter acesa a memória coletiva de uma sociedade. A presente pesquisa propõe o estudo e levantamento dos imóveis históricos ociosos no centro histórico da cidade de Araçatuba/SP, como meio de investigação do problema. Propõe-se que o registro destes imóveis seja realizado por meio do inventário, de modo sistematizado, para que possa servir a formulação de planos e programas futuros de valorização do patrimônio histórico. Subsequentemente aos cadastros acima descritos, foi investigado e analisado especificamente o prédio da antiga cadeia pública.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico. Ocioso. Inventário.

ABSTRACT

In Brazil, the policy of preservation of historical heritage does not adequately meet the needs of preservation, maintenance and restoration of historic buildings. The conception that everything that is old is obsolete has a negative impact on the preservation of historical and cultural heritage, on the conservation of a collective memory and on the historical marks of a city, causing concern to several Brazilian municipalities. The revitalization and requalification of idle areas are understood as recovery and improvements of the quality of urban life, an issue addressed in the City Statute often seen in urban planning debates.

It is essential to reinforce the historical and cultural role of ancient buildings rich in history, to uncover the historical and cultural role they play in cities, to revive their importance, and to develop proposals to keep the collective memory of a society alive. The present research proposes the study and survey of idle historical buildings in the historical city center of Araçatuba / SP as a means of investigating the problem. It is proposed that registration of these properties be carried out by means of the inventory in a systematized manner so that it may serve to formulate plans and future programs for the valorization of historical heritage. Subsequent to the records described above, the building of the former public jail was investigated and analyzed specifically.

KEY WORDS: Historical Patrimony. Idle. Inventory.

RESUMEN

En Brasil, la política de preservación del patrimonio histórico no atiende adecuadamente a las necesidades de preservación, mantenimiento y recuperación de las construcciones históricas. La concepción de que todo lo que es antiguo es obsoleto impacta negativamente en la preservación del patrimonio histórico y cultural, en la conservación de una memoria colectiva y en las marcas históricas de una ciudad, preocupando a varios municipios brasileños. La revitalización y recalificación de áreas ociosas son entendidas como recuperación y mejora de la calidad de vida urbana, un tema abordado en el Estatuto de la Ciudad y se muestra frecuente en los debates de planificación urbana.

Es imprescindible reforzar el papel histórico y cultural de las construcciones antiguas, ricas en historia, descortinar el papel histórico y cultural que ejercen sobre las ciudades, avivar su importancia, y desarrollar propuestas para mantener encendida la memoria colectiva de una sociedad. La presente investigación propone el estudio y levantamiento de los inmuebles históricos inactivos en el centro histórico de la ciudad de Araçatuba / SP como medio de investigación del problema. Se propone que el registro de estos inmuebles sea realizado por medio del inventario de modo sistematizado para que pueda servir la formulación de planes y programas futuros de valorización del patrimonio histórico. Posteriormente a los registros arriba descritos, fue investigado y analizado específicamente el edificio de la antigua cadena pública.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio Histórico. Inactivo. Inventario.

INTRODUÇÃO

Araçatuba está localizada na região noroeste do Estado de São Paulo. De acordo com o último Censo realizado em 2010, o município possui 181.579 habitantes e sua área territorial é de 1.167,126 km² (IBGE, 2017).

Diferentemente das cidades do século XIX, que nasciam ao redor de uma capela, Araçatuba (Figura 01), assim como outras cidades nascidas ao longo da linha férrea Noroeste (CEFNOB) – como Botucatu, Lins e Penápolis, por exemplo – teve sua origem em torno da estação ferroviária, que regeu, inclusive, seu traçado urbano (CONSTANTINO, 2016).

Figura 1 - Rua 15 de Novembro (Vila dos Ferroviários), sem data.



Fonte: Museu Histórico Marechal Cândido Rondon, 2017.

No dia 02 de dezembro de 1908, os trilhos da Estrada de Ferro da companhia NOB (Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) chegaram até o km 280, onde foi montado um acampamento. Deste acampamento nasceu a cidade de Araçatuba. (PINHEIRO, 1997).

Segundo Juncal (1974), a cidade se resumia nas ruas que circundavam a estação, que era, evidentemente, o centro da cidade, conforme a figura 01.

O primeiro traçado urbano foi realizado em 1912, contudo, após dois anos, os engenheiros agrimensores Cristiano Olsen e Adolpho Hecht foram contratados para reestruturar o traçado original, e, inspirados no modelo francês, com um ponto focal e vias radiais, projetaram a Praça Rui Barbosa, que na época, recebeu o nome de Cristiano Olsen. (PINHEIRO, 1997; CONSTANTINO, 2016).

No início dos anos 1920, Araçatuba ainda pertencia à comarca de Penápolis. Em 08 de dezembro de 1921, foi promulgada a Lei Estadual 1.812, que emancipou Araçatuba como município. Em 19 de fevereiro de 1922, às 20 horas, em sessão solene, deu-se a instalação da Comarca Municipal e a posse dos primeiros vereadores. (PINHEIRO, 1997).

Araçatuba teve seu crescimento acelerado na década de 1950, durante a segunda administração do prefeito Dr. Valadão Furquim (1951-1955), ficando conhecida como “Capital do Boi Gordo” e “Cidade do Asfalto”, quando sua economia, inicialmente baseada na agricultura e pecuária, passou a ser também baseada na indústria e comércio. (JUNCAL, 1974).

A verticalização de Araçatuba iniciou-se na década de 1960, com a construção de edifícios na região central, principalmente ao redor da Praça Rui Barbosa. Nesse cenário, vários imóveis existentes começaram a ser demolidos, dando espaço aos primeiros edifícios. (GARCIA, 2008).

Desde então a cidade não parou mais de crescer. Em 06 de outubro de 2006, a prefeitura municipal instituiu o Plano Diretor do Município para organizar o crescimento e o desenvolvimento urbano do município, neste Plano, foram delimitadas as Áreas de Especiais Interesses, e, dentre elas, a Área de Especial Interesse Histórico. (Araçatuba, 2017).

O interesse pela temática, patrimônio histórico edificado, aflorou a partir do momento que se entendeu que os patrimônios culturais urbanos fazem parte da memória e da história da cidade, conduzindo marcas do tempo, oferecendo uma identidade urbana, testemunhando os seus processos de desenvolvimento. (CASTRIOTA, 2003).

Contíguo à globalização cultural, surgiu o medo da perda das identidades, das memórias locais, além dos descasos, da indiferença para com os imóveis que fazem parte, de alguma forma, da criação da identidade de cada cidade e da sociedade local. (DUARTE, 2005)

Nesse sentido, o objetivo de levantar, quantificar e inventariar os imóveis históricos ociosos no centro histórico da cidade de Araçatuba/SP e avaliar o prédio onde funcionava a cadeia pública da cidade de Araçatuba/SP, situado na Rua General Glicério, nº 191, vem evidenciar a importância de detectar problemas e combatê-los, bem como a apresentar proposições que colaborem para a redução desses dilemas.

METODOLOGIA

Para que a pesquisa fosse realizada com sucesso, primeiramente, procedeu-se com a revisão bibliográfica acerca dos temas pertinentes. Pesquisou-se o contexto histórico da cidade e do seu centro histórico. Foi realizada uma pesquisa de campo para identificação e localização dos imóveis históricos ociosos, utilizando-se de registro fotográfico para a verificação do estado de conservação atual dos imóveis. Subsequentemente, foi feita a organização do material coletado e a elaboração das fichas de inventário dos mesmos.

No que diz respeito ao contexto de patrimônio histórico, utilizou-se bibliografia clássica sobre o tema. Na leitura para revisão bibliográfica foram utilizados livros de autores locais para o entendimento do contexto do surgimento da cidade e seu centro histórico.

Após esta etapa verificou-se junto à Prefeitura Municipal de Araçatuba o conteúdo referente às Áreas de Especial Interesse do Plano Diretor. Com os dados em mãos, a pesquisa de campo ocorreu mediante visita aos imóveis assinalados no Plano Diretor, fotografando-os e analisando-os, a partir da observação, seus aspectos arquitetônicos e do seu entorno. Na sequência, o material coletado foi organizado e as fichas de inventário foram elaboradas.

A pesquisa foi finalizada com um levantamento criterioso do prédio onde funcionou a Cadeia Pública de Araçatuba.

Foram realizados ainda: levantamento junto à Prefeitura Municipal de todos os projetos existentes referentes ao imóvel; entrevistas com ex-funcionários que trabalharam na cadeia e; levantamento fotográfico. O levantamento técnico para a conferência das dimensões do imóvel não foi possível, pois não foi autorizada visita ao imóvel em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira observação a fazer sobre a pesquisa é com relação ao Plano Diretor da cidade, que data de 06 de outubro de 2006 e encontra-se desatualizado. Muitos dos imóveis classificados como históricos já foram demolidos, ressaltando que dois deles foram demolidos durante o processo de pesquisa.

Outra constatação notória é sobre o estado de conservação. Os imóveis de importância histórica, que estão sem uso, encontram-se num estado precário de conservação, depreendendo-se anos de negligência e abandono.

No decorrer da pesquisa, um dos imóveis históricos, onde funcionava o Museu Histórico Marechal Cândido Rondon, foi desativado devido à problemas estruturais, encontrando-se sem uso até o presente momento, porém todo seu acervo continua nas dependências do imóvel

Em todos os dias de observação “in loco” pôde-se notar a presença constante de moradores de rua, pessoas pedindo esmolas e desocupados circulando na região circunscrita na Área de Especial Interesse Histórico. Esse tipo de situação constrange os usuários do local e inibe as atividades da comunidade, que poderiam usufruir do espaço em momentos de lazer.

Outro ponto a destacar é que, em um determinado trecho da Vila dos Ferroviários, mais precisamente entre as Ruas Joaquim Nabuco e Olavo Bilac, a falta de atividades noturnas propicia que moradores de rua durmam nas varandas desses imóveis da Vila, já que a característica arquitetônica desses imóveis são muros frontais baixos e com detalhes vazados.

O centro histórico da cidade não é muito valorizado do ponto de vista turístico, ao passo que durante o dia, de segunda à sexta-feira, o movimento é intenso por conta do comércio, mas à noite, nos finais de semana e feriados não há atividade atrativa para o local. No Plano Diretor Municipal Turístico, elaborado em 2017 com vigência até 2019, o único local de valor histórico elencado como ponto turístico de lazer foi a Praça Rui Barbosa, demonstrando a desconsideração pelo conjunto arquitetônico férreo. (Araçatuba, 2017).

Dos imóveis com interesse histórico listados no Plano Diretor e que se encontram sem uso, apenas 4 continuam de pé. Na figura 02, o imóvel que, desde 1964, abriga o Museu Histórico Marechal Cândido Rondon, e encontra-se interditado desde o dia 17 de janeiro de 2017 devido a problemas estruturais (Araçatuba, 2017).

Nesta rua, onde encontra-se o Museu Marechal Cândido Rondon tem-se um conjunto arquitetônico ao qual o prédio do Museu faz parte denominado conjunto habitacional Vila dos Ferroviários. Um outro imóvel deste conjunto encontra-se atualmente sem uso, localizado na Rua XV de Novembro, 197. (Figura 03).

Figura 2 - Museu Marechal Cândido Rondon, 2017.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Figura 3 – Imóvel antiga Vila dos Ferroviários, 2017.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Continuando, neste conjunto arquitetônico temos o imóvel onde funcionou a oficina das locomotivas (Figura 04). Este imóvel foi submetido a uma intervenção de conservação e durante alguns anos teve um uso cultural, mas em 2009 foi desativado por oferecer risco aos usuários (Araçatuba, 2017).

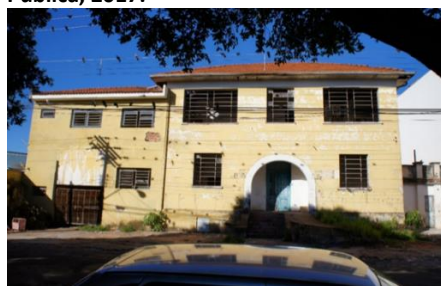
Finalizando, encontra-se no entorno o imóvel onde funcionou a Cadeia em Araçatuba (Figura 05). Construído na década de 1950, seu uso sempre foi o mesmo, desativado em 19 de maio de 1999 pela Justiça, por falta de segurança, e ficando, desde então, desocupado (Araçatuba, 2017).

Figura 4 - Imóvel da antiga oficina de locomotivas, 2018.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Figura 5 - Imóvel onde funcionou a Cadeia Pública, 2017.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

O prédio da antiga Cadeia

Em 1947, a Prefeitura Municipal de Araçatuba, doou o terreno da Rua General Glicério para a Secretaria de Segurança Pública para a construção da Cadeia. Inicialmente a Cadeia era compacta, existiam apenas 6 celas, conforme informações da Prefeitura Municipal (PM) de Araçatuba.

Ao longo dos anos o prédio foi sofrendo ampliações para incorporar novas funções e departamentos. Na década de 1970, foi incorporado ao imóvel o 1º Distrito Policial e o SIGA (Setor de Investigações Gerais de Araçatuba), que na 61 década de 1980 passou a se chamar

DIG (Delegacia de Investigações Gerais). Ao longo dos anos rebeliões e falta de manutenção foram degradando o imóvel. Em 19 de maio de 1999 a Cadeia foi interditada definitivamente por falta de segurança. (Araçatuba, 2017).

No auge do seu funcionamento chegou a abrigar 100 detentos, além da casa do pensionato, um anexo que servia de alojamento para os detentos do regime semiaberto.

A cadeia movimentava o comércio local. Em dias de visita a família dos detentos ocupavam quartos de hotéis, faziam compras no supermercado, se alimentavam nos restaurantes e bares. O Hotel Gaspar, atualmente Hotel Plaza Araçatuba, que fazia divisa com o prédio, durante muitos anos forneceu alimentação para os detentos.

Conforme pode ser observado na Figura 05, foto atual, mostrado anteriormente, o imóvel encontra-se num estado precário de conservação, sem uso há décadas.

Avaliação do prédio onde funcionou a cadeia

A edificação está localizada na Rua General Glicério, 191, local onde funcionou a cadeia pública municipal entre as década de 1950 até o ano de 1999. O imóvel não é tombado como patrimônio histórico, pois Araçatuba não consta com leis de Tombamento, porém está inserida no plano diretor da cidade como área de interesse histórico. Atualmente pertence à Secretaria de Assuntos Penitenciários.

Originalmente, o projeto de arquitetura apresentava o estilo neocolonial (Figura 06), seguindo o mesmo estilo arquitetônico que se praticava em edifícios institucionais da época. Ao longo dos anos foi sofrendo com ampliações não planejadas, perdendo suas características (Figura 07).

Figura 6 - Prédio da Cadeia, década 1950.



Fonte: Câmara Municipal, 2017.

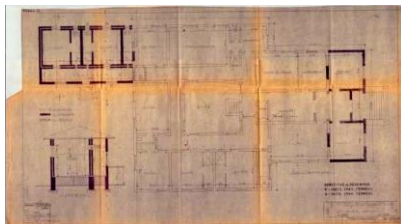
Figura 7 - Foto da década de 1990



Fonte: Câmara Municipal, 2017.

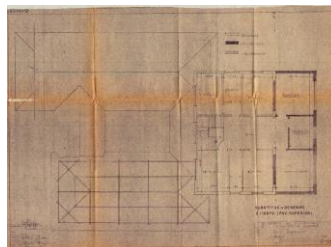
Na busca pelos projetos arquitetônicos que se encontravam arquivados na Prefeitura Municipal de Araçatuba, descobriu-se durante o processo de levantamento dos projetos originais, que o primeiro projeto para construção do imóvel não existe mais. Existe apenas dois documentos de anos diferentes. O primeiro documento a ser analisado é datado de 12/11/1951 (Figuras 08, 09 e 10), são três pranchas de um projeto de ampliação onde observa-se a Planta Baixa do Pavimento Térreo com um Corte da ampliação, Pavimento Superior e Cobertura. (Araçatuba, 2017).

Figura 8-Planta pav. térreo, 1951.



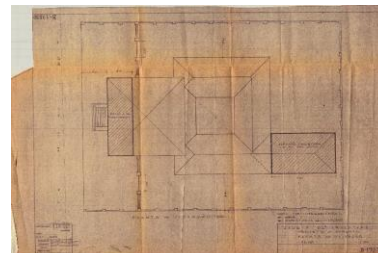
Fonte: Araçatuba, 2017.

Figura 9-Planta pav.Superior, 1951



Fonte: Araçatuba, 2017.

Figura 10-Cobertura, 1951.



Fonte: Araçatuba, 2017.

Nas figuras 11 e 12, estão ilustradas as plantas baixas do pavimento térreo e do pavimento superior, com a cronologia de ampliações decorrente ao longo dos anos.

Os ambientes caracterizam-se como compartimentados, onde sua forma está relacionada à forma dos espaços que a constituem, sendo determinados por seus usos específicos, dividido por funções características por tratar-se de uma cadeia.

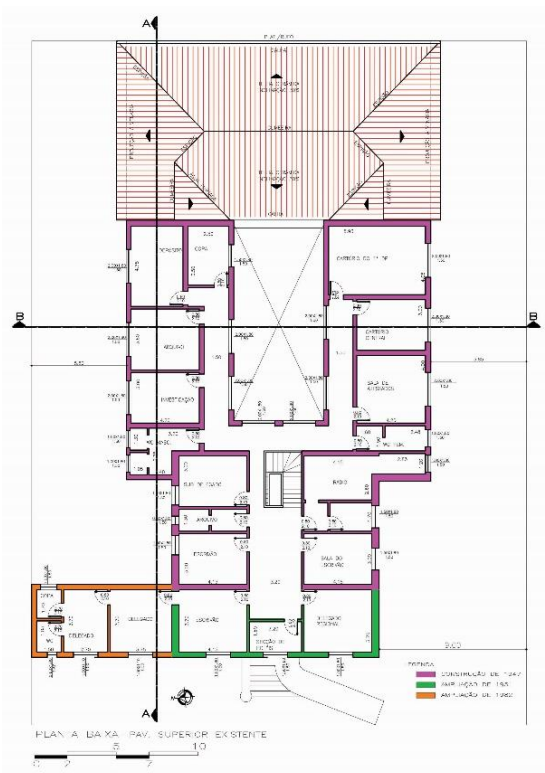
Observa-se que ao longo dos anos o imóvel foi vivenciando reformas e ampliações: na cor magenta temos a construção original da década de 1950, verificam-se neste traçado as formas ortogonais, utilizadas nesta época e um pátio central descoberto, para banho de sol dos detentos; o verde indica uma ampliação no ano de 1951 a qual descaracterizou a fachada original do prédio, esta intervenção indica que nesta época houve a necessidade de ampliação do prédio para assim ocupar a grande demanda de detentos existente; e o laranja indica uma ampliação no ano de 1982 a fim de adequar o espaço existente a incorporação da DIG a qual passa a funcionar também no local. Averigua-se ainda nas plantas que nenhuma dessas ampliações levaram em consideração as características históricas e arquitetônicas da obra.

Figura 11 – Planta Baixa Pav. Térreo.



Fonte: adaptado PM de Araçatuba, 2018.

Figura 12 – Planta Baixa Pav. Superior.



Fonte: adaptado PM de Araçatuba, 2018.

Em relação ao sistema construtivo, por ser um prédio de segurança, caracteriza-se com paredes duplas com espessura de 45cm onde funcionava as celas, como podemos observar nos projetos arquitetônicos acima (Figuras 11 e 12), nas demais alvenarias, nota-se uma espessura de 30cm.

Com a elaboração do mapa de danos, foi possível nortear o tipo de intervenção necessária para cada dano específico. Por exemplo, observou-se que o piso de todo o prédio é inexistente, no pavimento superior, onde o telhado está deteriorado observou-se a presença de agentes biológicos. Nas figuras 13 e 14, as manifestações patológicas existente no prédio, tais como: deterioração por umidade (cor azul), demolições (magenta), ausência de telhas (amarelo), entre outros, são mais nítidas.

Figura 13 – Corte Esquemático.

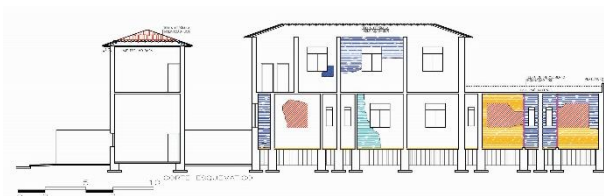
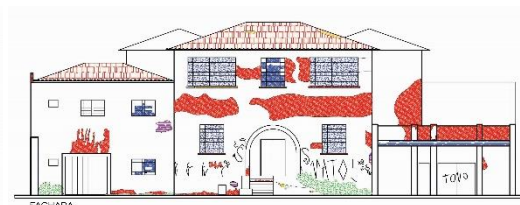


Figura 14 – Fachada.



LEGENDA DANOS

	INCLINAÇÃO		PEDRA DE ABRELEDO		REDEDO APARENTE		TAREDE QUERENGA
	DETERIORAÇÃO POR UMIDADE		AMASSADO E ABRELEDO		LEDO POR UMIDADE		TAREDE DE PEDRO
	REVENDE		PAPUA DE PEDRO		TAREDE QUERENGA		

Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Fonte: Acervo pessoal, 2018

O levantamento fotográfico demonstra, com maior clareza, as condições em que o imóvel se encontra (Figuras 15,16,17 e18).

Figura 15 – Vista interna cela.

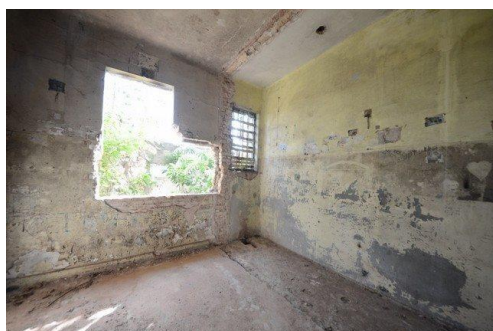


Figura 16 – Hall de entrada.



Fonte: Araçatuba, 2017.

Fonte: Araçatuba, 2017

Figura 17 – Pátio Interno.

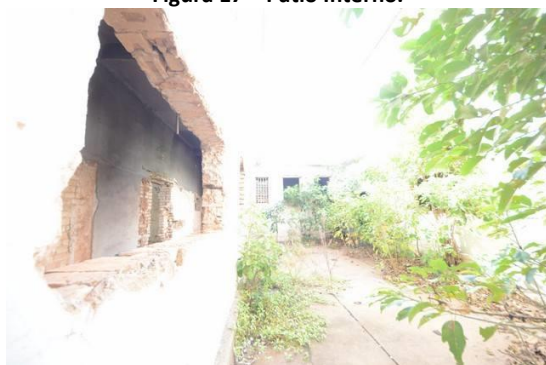


Figura 18 – Cobertura pav. Superior.



Fonte: Araçatuba, 2017.

Fonte: Araçatuba, 2017.

A reinserção de imóveis ociosos em centros urbanos beneficia a própria cidade, visto que os mesmos deixam de ser focos de ocupação por usuários de drogas, deixam de ser focos de doenças, tais como dengue, leptospirose, ou abrigo de animais peçonhentos como escorpiões e cobras. Contudo, a política de reforma no Brasil não é muito aceita pela população ou governo, mesmo que provado que reabilitar uma edificação custa muito menos aos órgãos

públicos do que mantê-la sobre o abandono. Diante dessa análise indaga-se o porquê de não reinserir este imóvel ao contexto urbano.

A problemática da preservação do patrimônio histórico

No Brasil, a política de preservação do patrimônio histórico não atende adequadamente às necessidades de preservação, manutenção e recuperação das construções históricas. Tal constatação contribui com a tendência de negligenciar as construções de outros tempos, desvalorizando o que não é moderno e contemporâneo. (SOMEKH, 2017).

A concepção do que tudo que é antigo é obsoleto impacta negativamente na preservação do patrimônio histórico e cultural, na conservação da memória coletiva da sociedade e nas marcas históricas de uma cidade. Além disso, o interesse econômico fala mais alto ao ponto de influenciar na gestão da conservação do patrimônio. As gestões municipais não se posicionam, implantando normas e regras que efetivamente possam agir na conservação do patrimônio, para não inibir o investimento de empresários no seu município. (ARAÚJO, 2012).

A cidade de Araçatuba/SP não se difere. Muitas construções que contavam a história da cidade já foram demolidas para dar lugar a novos empreendimentos, algumas foram revitalizadas, sofrendo ou não descaracterização, e outras encontram-se em estado de abandono.

Um exemplo que ilustra muito bem tal situação é o prédio onde funcionou a cadeia pública de Araçatuba que foi desativada pelo Estado em 1999. Localizado na Rua General Glicério, nº 191, importante área de valorização histórica e financeira, está inserido na região considerada o centro histórico da cidade, desde sua desativação encontra-se vazio e sem uso.

Consequências do abandono do patrimônio edificado

Para Sánchez (2004), o abandono é ambientalmente perigoso, socialmente injusto, e, economicamente, pode representar um desperdício de recursos. Imóveis vazios, ociosos, degradam e desvalorizam as áreas urbanas, tornam-se um problema de saúde pública pelo fato de serem utilizados inadequadamente como depósito e deposição de resíduos, facilitando o aparecimento de insetos e roedores, transmitindo doenças para a comunidade.

Essas áreas estão sujeitas a invasões por parte de vândalos e usuários de drogas que contribuem para a deterioração do imóvel, desvalorizando-o e a seu entorno. Em alguns casos, acabam tornando-se, inclusive, locais de abrigo para moradores de rua.

Outro problema de ordem pública gerado por um imóvel ocioso é com relação à segurança, uma vez que, durante à noite, por exemplo, sua condição de abandono e falta de conservação somada à inexistência de iluminação, torna o local escuro, elemento este que propicia ações de vandalismo.

Vasques (2006), diz que esses locais configuram um espaço de medo, rejeição, marginalidade, convertendo-se em uma paisagem urbana cujos elementos a população rejeita.

Tais acomodações requerem, às vezes, adequações por parte do espaço construído: demolições (supressões), reformas (superposições) e acréscimos (acumulações)... As

alterações a serem feitas reordenam o conteúdo, atribuindo a cada elemento uma nova posição hierárquica, que é, essencialmente, de cunho funcional. (EVASO, 1999, p. 34 e 35).

Intervenções de conservação (revitalização e requalificação) e o papel do Arquiteto Urbanista

A revitalização e requalificação de áreas ociosas é um tema em alta e preocupa várias cidades. É abordado no Estatuto da Cidade e mostra-se frequentemente nos debates de planejamento urbano. (CEPAM, 2005). Deve ser entendida como recuperação e melhoria da qualidade de vida urbana. Pode-se encontrar vários autores discorrendo sobre o tema, ente eles:

Sanchez (2004), aborda a temática afirmando que revitalizar significa reinserir áreas no tecido urbano de modo que sua reutilização possa ser um instrumento de requalificação urbana.

Para Choay (2001) o termo revitalizar significa garantir uma nova roupagem ao bem a ser trabalhado. No processo de revitalização, não há necessidade de seguir critérios rigorosos como na restauração. Busca-se romper com o passado ao introduzir elementos contemporâneos, atribuindo novas funções ao bem patrimonial a ser revitalizado.

Leite (2012) complementa o conceito dizendo que os processos de reestruturação e remodelação urbana, conhecidos pelos nomes de qualificação, requalificação ou revitalização, permitem que os espaços urbanos retomem seu caráter público.

É imprescindível avivar a importância das construções antigas, ricas de história, descobrir o papel histórico e cultural que exercem sobre a cidade, atuando para deixar acesa a memória individual e coletiva de uma sociedade.

Neste contexto, o arquiteto tem um papel importante, Alain Botton (2007) complementa afirmando que o arquiteto tem o papel de projetar espaços que deixem nossas cidades menos tristes e tragam o melhor do ser humano. Segundo o autor o ambiente afeta as pessoas e a arquitetura é capaz de melhorar a qualidade de vida de seus usuários.

Desta forma, busca-se, então, um desenvolvimento com menos desperdício para a cidade, por meio de uma reflexão com ideias propositivas e criativas para o desenho de um espaço urbano de qualidade.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre os imóveis históricos ociosos na cidade de Araçatuba procurou, a partir da análise da área central da cidade de Araçatuba, compreender o processo envolvido na preservação do patrimônio histórico e como o crescimento da cidade atuou na manutenção do mesmo.

Nesse sentido, levanta um pensamento crítico sobre a forma como as cidades se relacionam com o tema Patrimônio Histórico Edificado.

Os resultados da pesquisa apontaram que a história da cidade, representada por obras arquitetônicas, está se perdendo com o tempo. O destino destas edificações listadas no estudo, a exemplo de imóveis que já foram demolidos, não é muito promissor.

Como detalhado na cadeia, observa-se que houve ampliações inadequadas e um desrespeito ao projeto original.

Uma observação coletada na pesquisa é que nem todos os imóveis que estão indicados na AEIH do Plano Diretor estão patrimoniados pelo IPHAN, o que acaba favorecendo as demolições.

Contudo, nota-se que a reutilização do patrimônio edificado, revitalizando-o parece ser uma melhor escolha do que demoli-lo. Viollet-le-Duc (2000) já afirmava que encontrar uma destinação para a edificação histórica é a maneira mais eficiente de conservá-la.

REFERÊNCIAS:

ARAÇATUBA. **Prefeitura Municipal de Araçatuba**, 2017.

ARAÇATUBA. **Plano Diretor**. Lei complementar nº 168, 06 out. 2006.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Os valores do patrimônio cultural: Uma contribuição teórica para as políticas de conservação**. Arqtextos, São Paulo, ano 13, n. 145.00, Vitruvius, jun. 2012
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/13.145/4387>. Acesso em 19 de set. de 2017

BARROS, José Márcio. **Diversidade Cultural e Desenvolvimento Humano**. Belo Horizonte: Observatório da diversidade cultural, 2007.

BRASIL, Decreto Lei nº. 12.342 – **Código Sanitário do Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 set. 1978.

BOTTON, Alain. **Arquitetura da Felicidade (The architecture of Happiness)**. Tradução de Talita Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. Anais do X ENA. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal) - FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. **Plano diretor passo a passo**. Coordenação de Mariana Moreira. [recurso eletrônico]. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/conhecimento/Plano_diretor_passo_a_passo.pdf. Acesso em: 02 set. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: O direito à cultura**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DUARTE, Cristiane Rose; COHEN, Regina. **Pesquisa e projeto de espaços públicos: rebatimentos e possibilidades de inclusão da diversidade física no planejamento das cidades**. In: PROJETER 2005 –II SEMINÁRIO SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, 2005, Rio de Janeiro. Anais do II PROJETER. 2005.

EVASO, A.S. **A Refuncionalização do Espaço**. Revista Experimental, ano 3, nº 6, São Paulo: 1999, pp.33-54.

FERRARI, CÉLSON. **Curso de planejamento municipal integrado**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979.

FUNARTE. <http://www.funarte.gov.br/>. Acesso em 19 de set. de 2017.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Urbanização e industrialização**. Coleção Araçatuba 100 anos. Araçatuba: Folha da Região, 2008.

GALLI, Claudio; ALVES, Jéssica de Fatima Rossone; FARIA, Juliana Maria Sampaio; TAGLIATI, Kelly Dias; MARI, Nicola; BECKER, Simone Patrícia e

MINGUCCI, Roberto. **A teoria e prática do restauro arquitetônico: A influência da cultura europeia e seus desdobramentos na realidade brasileira.** USJT ARQ.URB. Número 16. Segundo quadrimestre de 2016.

GRAMMONT, A. M. de. **A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais.** Passos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 4, n. 3, p.437-442, 10 mar. 2006. Disponível em: <www.pasosonline.org>. Acesso em: 27 ago. 2017.

HARARI, Yuval Noah, 1976. **Sapiens – uma breve história da humanidade (SAPIENS – a brief history of humankind).** Tradução Janaína Marcoantonio. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/aracatuba/panorama>. Acesso em 10.09.2017.

IPHAN, 2014. <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 24 de set. de 2017.

JUNCAL, Fabriciano. **A verdadeira história de Araçatuba.** Bauru: Tilibra, 1974.

LEITE, R.P. **Contra usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, V.17, n.49. jun. 2002.

LEMOS, C. A. C. **O que é Patrimônio Histórico.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARCO, kátia de. **Gestão de espaços culturais – uma abordagem contemporânea.** Rio de Janeiro: e-livre, 2009.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: Biblioteca Centro de Cultura.** 3.ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura.** Goiânia: Especialize, 2013.

SÁNCHEZ, L.E. **Revitalização de áreas contaminadas: Aspectos Técnicos, Legais e Financeiros.** São Paulo: Signus Editora, 2004.

SANCHEZ, L.E. **Desengenharia – O Passivo Ambiental na Desativação de Empreendimentos Industriais.** São Paulo: Edusp/Fapesp, 2001.

SOMEKH, Nádia. **Preservando o patrimônio histórico: um manual para gestores municipais.** São Paulo: CAU/SP. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.arq-urb.com/noticias/2017/07/26/causp-preservando-o-patrimonio-historico-um-manual-para-gestores-municipais/>. Acesso em: 08 de ago. de 2017

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua Trajetória no Brasil.** Revista de história e estudos culturais, v.7, nº 2. Agosto de 2010. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIOR_AGOSTO_2010.pdf

VASQUES, A. R. **O processo de formação e refuncionalização de brownfields nas cidades pós-industriais: o caso do Brasil.** 2006. Disponível em <http://age.ieg.csic.es/geconomica/IIJornadasGGESalamanca/Amanda_Vasques.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. **Restauração.** Tradução: Beatriz Magayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. 70 p. (Artes & Ofícios, 1)

PINHEIRO, Célio; BODSTEIN, Odette Costa. **História de Araçatuba.** Araçatuba: Academia Araçatubense de Letras, 1997.